

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB):

Caminhos percorridos e perspectivas futuras.

Heloisa Helena Nunes Sant'Anna¹
Neide Fernandes Monteiro Veras

Após três anos de existência do PAIUB, as pessoas e as instituições envolvidas no programa consideram necessário lançar um olhar abrangente, ao mesmo tempo descritivo e crítico, sobre o mesmo.

O caminho escolhido para isto foi a análise longitudinal do processo como um todo e de todos os projetos que integram o programa², buscando observar o desenvolvimento do mesmo, sob a ótica dos princípios que o fundamentam.

O PAIUB foi oficialmente criado em dezembro de 1993, através do lançamento de um documento básico pela Coordenadoria geral de Análise e Avaliação Institucional da SESU e pela Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras³. Ainda em dezembro de 93, um primeiro edital foi encaminhado às universidades convidando-as a participar do programa, através de projetos a serem financiados pela SESU, ao qual um número significativo de instituições respondeu. Mais dois editais para inscrição se sucederam, um em 94 e outro em 96 e o PAIUB, ao completar três anos de existência, conta com a adesão de 94 instituições (dados de agosto de 1996), sendo 38 Federais, 22 estaduais, 7 municipais, 7 comunitárias, 14 comunitárias/confessionais e 6 particulares leigas.

O sistema de gerenciamento do programa manteve-se o mesmo desde o início. O Departamento de Políticas do Ensino Superior da SESU coordena o processo, através da Comissão Nacional, auxiliada pelo Comitê Assessor. As modificações que ocorreram neste sentido, referiram-se apenas a mudanças dos membros dessas duas comissões, já que as mesmas são constituídas através da representação de organizações das Universidades brasileiras, cujos titulares mudam periodicamente. Tomou-se, no entanto, o cuidado de manter

durante todo o processo, cinquenta por cento (50%) do Comitê Assessor encarregado do trabalho técnico, de maneira a garantir a sua continuidade.

O financiamento ocorreu de forma diversa nas diferentes fases, pois, embora os editais 93 e 94 abrissem a possibilidade de financiamento de projetos das universidades federais, estaduais, municipais e comunitárias, por questões técnicas do orçamento federal, somente as universidades públicas federais e estaduais⁴ receberam verbas. No entanto, no biênio 96/97, dentre os projetos aprovados, foram financiados todos os das instituições públicas e também os das comunitárias e das comunitárias/confessionais, fato este possibilitado pelas novas diretrizes orçamentárias do MEC. As instituições particulares participam desde o início do programa, mas seus projetos são auto-financiados.

Uma análise descritiva do processo, ao nível dos conteúdos dos projetos, foi feita, tomando como base os fundamentos do PAIUB. Assim, os aspectos escolhidos para este estudo são decorrentes dos seguintes princípios:

A avaliação proposta pelo programa é do tipo Institucional, termo esse que define a sua natureza, diferenciando-a de outros tipos de avaliação.

A avaliação institucional assenta-se sobre dois pilares: 1º) Busca olhar seu objeto, neste caso a Universidade, de forma compreensiva e crítica, na plenitude de suas estruturas e relações internas e externas (Dias Sobrinho, 1996), sendo assim compreendida como uma dimensão do processo de desenvolvimento do projeto de universidade que assume um compromisso crítico-transformador em relação à sociedade (Saul, 1990). Todos os elementos da vida universitária devem ser parte dessa avaliação (ensino, pesquisa, extensão, as instalações para aulas, laboratórios, bibliotecas, editoras, corpo docente, corpo técnico-administrativo, sistema de gestão, as tendências em geral da vida acadêmica, etc.) e, embora se possa assimilar as avaliações parciais em andamento nas instituições, como por exemplo, da pesquisa e da pós-graduação, estas deverão integrar-se num todo, permitindo uma visão globalizada da instituição (Dias Sobrinho, 1996; Masetto, 1990).

4. Ressalvando-se que as Universidades Estaduais receberam verbas no 1º ano do programa, mas não no 2º.

1. As autoras são membros do Comitê Assessor do PAIUB

2. Análise feita a partir da documentação referente a cada instituição: projetos aprovados e relatórios parciais de 94, 95 e 96.

3. Essa Comissão, que é coordenada pelo Departamento de Políticas do Ensino Superior da SESU e composta por representantes da ANDIFES, ABRUEM, ANUP, ABESC, FORUNS de Pró-Reitores de GRADUAÇÃO, de PESQUISA e PÓS-GRADUAÇÃO, PLANEJAMENTO e ADMINISTRAÇÃO, e EXTENSÃO, tem como objetivo coordenar o processo de Avaliação, auxiliada por um comitê assessor, também formado por representantes das mesmas entidades.

2º) Também é institucional no sentido em que os sujeitos (professores alunos, funcionários e outros) constroem o processo e participam ativamente dele, segundo critérios objetivos e procedimentos públicos da comunidade, isto é, partindo dos dispositivos da própria instituição (Dias Sobrinho, 1996). Decorre desse princípio o respeito à identidade de cada instituição participante do programa, considerando: o momento em que se encontra, sua história, sua vocação, sua qualificação, seu estágio de desenvolvimento, ou seja, trata-se de uma avaliação da realidade a partir de parâmetros de julgamento derivados dos objetivos que orientam a instituição. Avaliar, sob este enfoque, não significa cair no corporativismo, ou abrir mão da objetividade e da transparência, mas, pelo contrário, essa forma de abordagem aumenta a exigência de critérios objetivos e procedimentos públicos. O que se pretende é ir além das grandes massas de dados, típicas das avaliações técnico-burocráticas, que se aplicam às instituições universitárias como um todo, escamoteando a realidade ao invés de desvendá-la, na medida em que escondem, sob uma pseudo homogeneidade, a realidade concreta de cada instituição, não servindo, portanto, como ponto de partida para mudanças.

Como concretizar essa forma de avaliação, resguardando a especificidade da universidade, enquanto instituição social, inserida num contexto nacional e internacional ?

Dessa preocupação surgiu o documento básico do PAIUB, sugerindo dimensões importantes dessa avaliação, definindo como o seu centro o ensino de graduação e também buscando criar uma linguagem, minimamente comum, capaz de aumentar a comunicação entre as instituições universitárias brasileiras.

O que se pretende afinal com a Avaliação Institucional ?

A resposta pode ser dada ressaltando-se alguns pontos fundamentais do PAIUB que serviram de base para a nossa análise nesse trabalho. O programa, entre outras coisas, propõe:

- Transformar gradativamente a avaliação em um processo naturalmente integrado à Instituição, através de atividades que façam parte do seu cotidiano e, que, como as demais atividades da universidade, em constante aperfeiçoamento (criar a cultura da avaliação).

- Provocar, através da avaliação, um movimento permanente de revisão e aperfeiçoamento do projeto pedagógico da instituição, visto no seu sentido amplo e global, melhorando assim a qualidade das atividades universitárias em seu conjunto.

- Rever o conceito de qualidade subjacente aos modelos tradicionais de avaliação da universidade, imbuídos da idéia de "qualidade enquanto modelo ideal e apriorístico de universidade", freqüentemente assentados sobre processos puramente formais de produção (Saul, 1990).

Entendeu-se assim que, embora sob as mesmas diretrizes, os projetos poderão se apresentar sob formas diversificadas, partindo de diferentes pontos, adotando diferentes metodologias, sem no entanto se distanciar dos dois pilares básicos da avaliação institucional acima referidos.

A partir dessas considerações, procurou-se olhar a evolução do PAIUB, através de algumas perguntas que poderão indicar a sua direção.

• O projeto de avaliação da instituição busca de fato instalar uma cultura de avaliação, criando condições concretas para o envolvimento de todos os seus membros no processo?

• Por onde quer que a instituição tenha iniciado seu processo, seja pela avaliação de um curso, ou dos departamentos, ou dos colegiados, ou por outro aspecto qualquer, ela o está fazendo sem perder de vista o princípio da globalidade?

• Ao avaliarem os cursos de graduação, estariam de fato as instituições, examinando-os em toda a sua complexidade, ou se resumindo a avaliar aspectos parciais como: disciplinas, corpo docente, ou infra-estrutura técnico-administrativa?

• Ao examinarem seus cursos de graduação estarão as instituições preocupadas em rever o seu projeto pedagógico, sob o prisma da sua capacidade de articular a graduação com as demais atividades fim da universidade - a pesquisa, a extensão e a pós-graduação? Ou elas estarão tratando estas atividades como simplesmente justapostas?

• As instituições estarão preocupadas com uma avaliação externa que lhes garanta olhar a si mesmas de forma isenta e não corporativa?

• Observa-se nos projetos a preocupação de reavaliações constantes, com vistas ao seu aperfeiçoamento, fazendo do processo algo dinâmico e contínuo?

• O PAIUB conseguiu quebrar a concepção mais difundida de avaliação nas universidades, que é a da produção de estatísticas, e levar a pensar a universidade a partir de uma visão de indicadores qualitativos?

• Metodologia de análise

Inicialmente foi elaborado um instrumento de análise, cujos parâmetros foram estabelecidas a partir de dimensões centrais da avaliação proposta pelo PAIUB que nos ajudarão a responder as questões colocadas e fornecerão um perfil geral dos projetos que integram o programa:

VARIÁVEIS PARA ANÁLISE

- PAIUB -adequação do projeto ao modelo sugerido pelo PAIUB

- INDICADORES -adoção dos indicadores sugeridos pelo programa.

- DIAGNÓSTICO - faz diagnóstico?

- SENSIBILIZAÇÃO - faz sensibilização?
- AVALIAÇÃO INTERNA - faz avaliação interna?
- AVALIAÇÃO EXTERNA - faz avaliação externa?
- REAVALIAÇÃO - propõe reavaliação?
- PROJETO PEDAGÓGICO - propõe-se a reformular o projeto pedagógico?
- CURSOS DE GRADUAÇÃO - avalia cursos de graduação?
- DEPARTAMENTO - avalia departamentos?
- DISCIPLINAS - avalia disciplinas?
- CURRÍCULO - avalia currículos dos cursos?
- CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - avalia cursos de pós-graduação?
- PESQUISA - avalia pesquisa?
- EXTENSÃO - avalia extensão?
- REFERENCIAL TEÓRICO - Avaliação participativa / não participativa
- ENTREVISTA - usa entrevista?
- QUESTIONÁRIO - usa questionário?
- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO - Cita a bibliografia utilizada?
- DIVULGAÇÃO - propõe divulgação?

A seguir, a partir das variáveis acima definidas, foram levantados dados das 94⁵ instituições, através da leitura dos projetos e relatórios parciais (de 94, 95 e 96), uma vez que ainda não tinham sido encaminhados os relatórios finais. Com base nesses dados, procedeu-se então a uma análise quantitativa complementada por uma análise qualitativa dos conteúdos expressos nos relatórios.

Para a análise das variáveis escolhidas foram estabelecidas algumas categorias:

a) Os dados relativos a **indicadores, diagnóstico, sensibilização, avaliação interna, avaliação externa, reavaliação, reformulação de projeto pedagógico, cursos de graduação, disciplinas, currículo, cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão** foram levantados segundo as categorias:

Propôs: a instituição propôs, em nível de projeto, avaliar aquele aspecto.

Iniciou: a instituição propôs e já iniciou a avaliação.

Terminou: a instituição já terminou a avaliação daquela dimensão

Não Propôs: a instituição não pretende avaliar aquela dimensão.

Esta categorização pretende permitir uma visualização das intenções expressas nas propostas e, também, o desenvolvimento do trabalho de acordo com os relatórios parciais de 94, 95, e 96.

b) Para a variável **Referencial teórico** adotado consideraram-se as seguintes categorias:

5. O PAIUB conta hoje com 96 instituições, mas na época do levantamento dos dados apenas 94 faziam parte do programa.

Não participativo: quando a instituição usa estratégias de ação em que o processo é centralizado em uma equipe técnica e por ela é conduzido. Os membros da comunidade universitária são envolvidos como meros respondentes, não podendo, em nenhum momento do processo, opinar, discutir, ou propor mudanças nos instrumentos utilizados, procedimentos adotados e etc...

Participativo, com alguns instrumentos e procedimentos pré-definidos: O processo é centralizado em uma equipe técnica que pré-define instrumentos e procedimentos, mas que são passíveis de reformulações, na medida em que é prevista uma constante participação da comunidade universitária durante a evolução do processo de avaliação.

Participativo sem instrumentos pré-definidos: Não há pré-definição de ações avaliativas e todo o processo emana da comunidade universitária, inclusive os instrumentos escolhidos, ou construídos, na medida em que o trabalho evolui.

c) Para a variável **Modelos de Avaliação** foram consideradas as categorias: **quantitativos, qualitativos e quanti-qualitativos.**

d) Para as variáveis: Uso de **entrevistas** e ou **questionários, divulgação e referências bibliográficas** foram estabelecidas as categorias **propõe** e **não propõe.**

5º) Ainda investigamos a **adequação dos projetos ao modelo sugerido pelo PAIUB**, através do seu documento básico. Buscamos, então, verificar se existiam propostas que se diferenciavam muito em termos de fases, elementos e indicadores sugeridos pelo programa. Em relação a esta variável utilizamos duas categorias: **Proposta nova** e **De acordo com o PAIUB.**

Resultados e Discussão

É importante lembrar que os dados aqui apresentados foram coletados através dos projetos aprovados e dos relatórios parciais das instituições, já que os relatórios finais ainda não haviam sido encaminhados à SESU no momento da coleta dos dados, o que pode representar uma limitação nas informações.

Entendeu-se, no entanto, ser possível olhar através do conteúdo dos projetos aprovados e relatórios parciais a evolução geral do programa.

A tabela 1 e a figura 1 mostram em termos percentuais a evolução dos projetos das instituições em relação às variáveis escolhidas para estudo. Os dados mostram que o avanço foi significativo, se considerarmos que 54% das instituições ingressaram no programa em 94, 26% em 95 e 20% em 96. Assim, as instituições que ingressaram em 94 são as que se encontram em fases mais avançadas do processo. É preciso, também, lembrar que os dados se referem a relatórios parciais do primeiro semestre de 96.

Tab.1 . Variáveis do PAIUB nos projetos integrantes do programa

Dados das 92 instituições

Categorias %	VARIÁVEIS					
	Indicadic.	Diagnóst.	Sensibiliz.	Aval. Inter.	Aval. Exter.	Reaval.
Propuseram	43,4	36,3	44,5	46,8	73,7	51,1
Iniciaram	41,8	44,6	37,5	45,9	14,7	2
Terminaram	4	6,4	8,8	0,5	0	0
Não-propus.	10,8	12,7	9,2	6,7	11,6	46,9

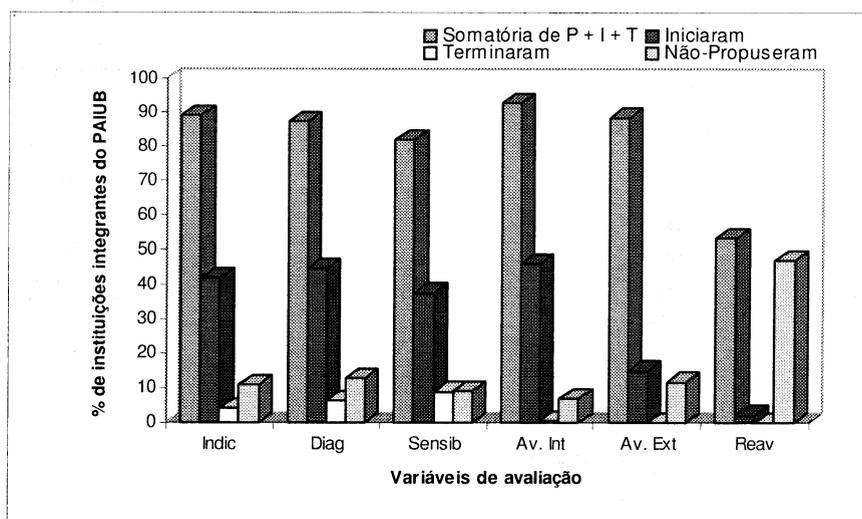
Tab. 1a. Variáveis do PAIUB nos projetos integrantes do programa

Dados das 92 instituições

Categorias %	VARIÁVEIS							
	Cur. Grad	Discipl	Curríc	Ref. Proj.	Cur. PG	Pesq.	Exten.	Depto
Propuseram	51,6	58,8	54,2	47,6	21,5	43,5	40,7	25,5
Iniciaram	43,6	30,3	31,8	17,7	7,4	7,8	7,8	7,8
Terminaram	0	0	0	0	0,8	1,5	0,8	2,3
Não-propus.	4,8	10,9	14	34,7	70,3	47,2	50,7	64,4

A análise dos dados da fig.1 e da tab.1 ajudam a responder às questões colocadas na introdução do trabalho.

fig. 1-A - Evolução dos projetos de avaliação nas 92 instituições.



Em relação ao envolvimento efetivo da comunidade universitária no processo, ou seja, a **preocupação de instalar a cultura da avaliação**, pode-se observar que:

- Procedimentos de **sensibilização** foram propostos por quase todas as instituições, com exceção de 9,2% (tabela 1), que argumentaram serem desnecessários pelo fato das instituições já terem instalada uma cultura de avaliação, uma vez que procedimentos de avaliação já faziam parte do seu cotidiano. Outras, por utilizarem enfoque não participativo.

- A maioria das universidades planejou a sensibilização perpassando todo o processo, enquanto outras relataram haver terminado a fase de sensibilização (ver tabela 1), encerrando-a, portanto, como um momento estanque e não como forma de manter a comunidade motivada para a avaliação.

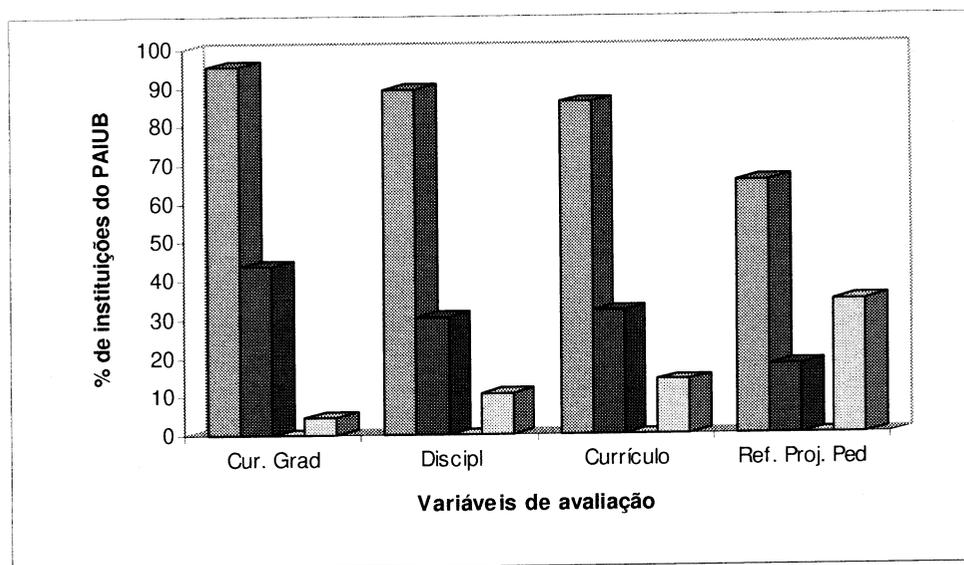
- Ainda sob o aspecto do envolvimento, a maioria das universidades (90,1%) toma como **enfoque teórico** aqueles que definem abordagens participativas, com procedimentos e instrumentos pré-definidos, mas passíveis de modifica-

ções amplas, sejam avaliadas as reflexões a que chegaram. Não há diferença significativa entre universidades públicas e privadas na eleição do tipo de enfoque: participativo ou não participativo.

Quanto ao sentido de globalidade, a fig. 1- B e fig. 1 C apontam dados interessantes.

- A **avaliação do ensino de graduação** não passa, em 34,7% das universidades, por uma revisão ou reformulação do seu projeto pedagógico, o que indica uma certa debilidade em relação à visão de globalidade. Por outro lado, há uma preocupação de avaliar currículo (86% avaliam currículo) e não somente disciplinas isoladas. A fig. 1-B é ilustrativa desta questão, na medida em que mostra o alto percentual de instituições que propuseram essa avaliação, em contraposição àquelas que não a estão propondo. Das 94 instituições, apenas 4 estão avaliando disciplinas e ensino-aprendizagem em sala de aula, sem conexão com currículo ou projeto pedagógico.

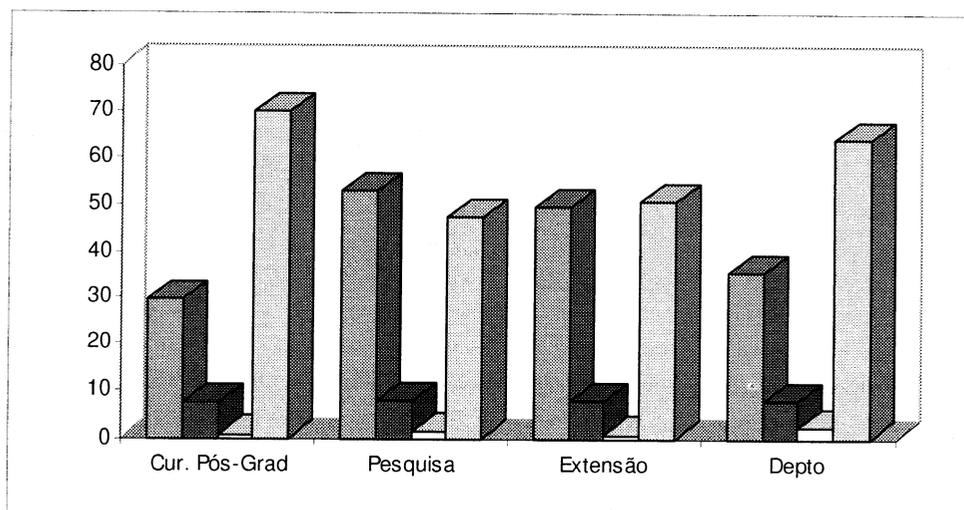
Fig. 1-B-Evolução dos Projetos de Avaliação nas 92 instituições



ções pela comunidade universitária. Em pelo menos duas instituições, os projetos são baseados na "Avaliação Emancipadora" (Saul, 1990). Um deles, bastante ambicioso, coloca como objetivo a elaboração de uma política de ensino superior para o seu estado. Não apresenta questionários ou instrumentos formais, mas propostas e depoimentos em grupos, ou individuais. As duas instituições utilizam apenas roteiros sugestivos de questões e também matrizes de componentes, variáveis e indicadores diferentes dos propostos pelo PAIUB. Uma delas prevê que cada unidade (curso) estruture seu projeto avaliativo e que, depois, em seminá-

- Ainda sobre a globalidade, embora a intenção de desenvolver uma avaliação global esteja expressa na maioria dos projetos, raramente é feita uma interrelação entre as ações de ensino de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão. A globalidade é vista, dessa forma, mais como justaposição, ou somatório dessas atividades. Com mais frequência se estabelecem relações entre atividades meio e atividades fim, principalmente no que se refere às condições de infraestrutura material para o desenvolvimento dessas últimas. A questão da gestão, com todas as interrelações é também pouco abordada.

Fig. 1- C. Evolução dos Projetos de Avaliação nas 92 instituições.



- Muitas instituições estão avaliando, além do ensino de graduação, a pesquisa (52,8%), a extensão (49,3%) e a pós-graduação (29,7%) especificamente (ver fig. 1-C) e não só nas suas interrelações com a graduação. Entre as instituições que não propõem a avaliação específica dessas últimas atividades estão algumas públicas (federais e estaduais) que já têm procedimentos instalados neste sentido há mais tempo. As municipais e particulares que se dedicam mais ao ensino de graduação, não desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão, ou fazendo-o em pequena escala, não sentem necessidade de avaliar tais dimensões.

- Departamentos estão sendo avaliados em 35% das instituições (ver tab. 1), sendo que algumas delas avaliam o ensino de graduação enfocando-o através dos departamentos.

Quanto à **avaliação externa**, as propostas são diversificadas. Algumas instituições propõem a avaliação pelos pares, outras pela comunidade externa, representada por empresas, órgãos que empregam profissionais egressos, sindicatos de trabalhadores, entidades patronais e outros. Enquanto a avaliação pelos pares é mais comumente proposta pelas instituições públicas de grande porte, a chamada "avaliação pela comunidade externa" aparece com frequência entre as instituições públicas de pequeno e médio porte e as instituições privadas. A avaliação por egressos, também, é parte de muitas propostas. Apenas 11,6% das universidades não irão realizar avaliação externa.

A proposição de **reavaliações** parece um bom indicador da intenção de se transformar a **avaliação em um processo dinâmico e contínuo**, mas somente 40% das instituições o fazem (ver fig. 1-B). Este pode ser um indício de que a avaliação está sendo vista pelas instituições como um momento estanque e não como um instrumento a serviço de seu constante aperfeiçoamento.

Foi surpreendente constatar através dos projetos e relatórios que a **visão quantitativa** parece estar a caminho da superação, pois somente 5% das instituições propõem avaliação só quantitativa. A maioria, 87% trabalha com as duas modalidades e 5% propõem avaliação somente qualitativa. Três instituições permanecem indefinidas neste sentido, pois propõem definir o instrumental durante o processo.

Considerando a questão da **transparência**, observa-se uma crescente preocupação com a divulgação dos dados, seja na modalidade escrita (folhetos, cadernos e até mesmo livros têm surgido), ou através de seminários internos, regionais, estaduais e outros. Somente 16% das instituições não propuseram qualquer forma de divulgação, e das que prouseram, cerca de 54% já fizeram algum tipo de divulgação.

Finalmente, quanto ao parâmetro adequação ao projeto do PAIUB, que em sua metodologia sugere um referencial teórico participativo, dimensões a serem avaliadas, fases e procedimentos a serem adotados e alguns indicadores que permitissem uma comunicação entre as IES, foi mantida sempre a postura de aceitar inovações. Assim, 10% das instituições optaram por enfoques diferentes, não contemplando as dimensões propostas pelo PAIUB e adotando procedimentos, ou indicadores diferentes dos sugeridos (as instituições privadas, por exemplo, que usam com frequência a linguagem empresarial, apontam indicadores como custo benefício e outros). Pelo menos 11 instituições não trabalharam com os indicadores propostos. Algumas criaram indicadores quantitativos próprios, outras priorizaram indicadores qualitativos como forma de olhar a instituição. A testagem que vêm realizando de alguns desses indicadores poderá levar a generalizações de interesse para outras instituições.

A título de conclusão

O PAIUB parece estar possibilitando de fato a construção coletiva de um processo de avaliação que nos mostrará a realidade concreta das nossas universidades.

O grande número de instituições envolvidas, a seriedade com que vêm conduzindo o processo, a intensa participação nos seminários regionais e nacionais, a movimentação no interior das universidades em torno da questão e a quantidade de publicações já existentes demonstram que a Avaliação Institucional é um fato e que veio para ficar, independentemente de outros tipos de avaliação hoje mais alardeadas (por exemplo o provão do MEC).

Avaliar não é tarefa fácil, pois é questão muito mais política do que técnica. No entanto, apesar das dificuldades inerentes à atividade, os dados aqui apresentados demonstram que o trabalho vem evoluindo de forma sistemática (ver fig. 1), principalmente se considerarmos que estes dados foram extraídos de relatórios parciais e que, portanto, hoje as instituições terão avançado mais ainda no processo.

Em relação à repercussão da Avaliação Institucional sobre a evolução de cada uma das instituições integrantes do

programa, têm-se, ainda, poucas informações. Algumas instituições apontaram em seus relatórios mudanças concretas definidas e desencadeadas a partir da avaliação: mudanças curriculares, implementação de estratégias de treinamento didático-pedagógico de docentes, maior aceitação de procedimentos de avaliação por parte de professores, alunos e funcionários (cultura da avaliação). As Instituições privadas relatam mudanças já implementadas no regime de trabalho docente e outras.

Um processo que busca tornar a universidade mais transparente, considerando, além do seu fazer, as condições em que isto ocorre, só poderá levá-la a uma inserção mais comprometida no contexto nacional e, portanto, a transformações.

Pensar a universidade como instituição será o grande papel do PAIUB e isto parece vir ocorrendo, embora lentamente. Algumas mudanças neste sentido o demonstram. Trata-se de um processo de aprendizagem que é lento pela sua própria natureza.

Finalmente, podemos dizer que o PAIUB vem produzindo conhecimentos, levando ao debate e à crítica, que são de fato, os grandes objetivos da Universidade.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, A e ZÁKIA LIAN SOUZA, S.M. (1990) Avaliação Institucional da Universidade Brasileira: questões polarizadoras. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas, Jan-Jun, 1990, n° 1.
- BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Conselho Federal de Educação. Comissão de Avaliação. Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta Nacional. Brasília D.F., 1993.
- DIAS SOBRINHO, J. (1996) Avaliação Institucional : Marcos Teóricos e Campos Políticos. Avaliação, Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Ano 1, n° 1, Julho/96, Brasil.
- LUDKE, M. (1990) Novos caminhos para a avaliação do Ensino Superior. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas, jan/jun/90.
- MASETTO, M. T. (1990) Avaliação Institucional: Definições e Posicionamentos. Estudos em Avaliação Educacional. Fundação Carlos Chagas, Jan-Jun/1990, n° 1.
- SAUL, A.M. (1990) Avaliação da Universidade: Buscando uma alternativa democrática. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas, Jan-Jun/1990, n° 1.